



Demonstrações Financeiras Combinadas
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras

Conglomerado Financeiro
Original

30 de Junho de 2019

	Pág.
ÍNDICE	
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	5
Demonstrações Financeiras	
Balço Patrimonial	8
Demonstração do Resultado	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1. Contexto Operacional	13
Nota 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	13
Nota 3. Descrição das Principais Práticas de Combinação	13
Nota 4. Principais Práticas Contábeis	13
Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16
Nota 7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	16
Nota 8. Relações Interfinanceiras	20
Nota 9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20
Nota 10. Outros Créditos	22
Nota 11. Outros Valores e Bens	23
Nota 12. Participações em Coligadas e Controladas	24
Nota 13. Imobilizado de Uso	24
Nota 14. Intangível	24
Nota 15. Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	25
Nota 16. Outras Obrigações	26
Nota 17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	26
Nota 18. Patrimônio Líquido	27
Nota 19. Limites Operacionais	27
Nota 20. Partes Relacionadas	27
Nota 21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	29
Nota 22. Despesas de Pessoal	29
Nota 23. Outras Despesas Administrativas	29
Nota 24. Despesas Tributárias	29
Nota 25. Outras Receitas Operacionais	30
Nota 26. Outras Despesas Operacionais	30
Nota 27. Resultado não Operacional	30
Nota 28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos	30
Nota 30. Outras Informações	31
Nota 31. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	32
Relatório do Comitê de Auditoria	33

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas, estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Atuação

O Conglomerado contando com sólida estrutura organizacional, linhas de negócios bem definidas, sólida governança corporativa, robusta gestão de riscos e sistemas, vem atuando nos segmentos:

Corporate:

Grandes Empresas - conta com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento;

Agronegócio - atuação na Pecuária e Agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados e em segmentos bem definidos;

Cessão de recebíveis – atuação com clientes do segmento de comércio atacadista e varejista, junto à cadeia de valor do grupo, e empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

Banco Digital:

Pessoa Física

Foi lançado em 27 de março de 2016, como um Full Bank, oferecendo, além de conta corrente, cartões de crédito, linhas de crédito pessoal, seguros, previdência, produtos de investimento diversificados e de múltiplas funcionalidades disponíveis através da plataforma 100% digital.

Dentre os serviços oferecidos, destacam-se as aberturas de contas, a contratação de produtos de forma 100% digital, depósitos em dinheiro via boleto, de cheque via imagem, tudo em apenas poucos cliques.

O Banco Digital foi concebido para oferecer serviços personalizados, produtos inovadores e trazer pulverização e diversificação para a base de captação do Banco.

A plataforma digital do Original oferece serviços de qualidade e atendimento diferenciado, utilizando o que há de mais atual e disruptivo em tecnologia.

Pequenas e médias empresas

Em maio de 2019, iniciamos a atuação no segmento de pequenas e médias empresas, com a abertura de contas 100% digitais para Empreendedores Individuais (MEI, EIRELI, etc.), com a conta Pessoa Única. Esta é a primeira fase da nova atuação do Original no atendimento a empresas de menor porte. A partir de 2020, o atendimento digital será ampliado para empresas com mais de um sócio, e será feito por faixas, começando por empresas com faturamento anual entre R\$ 2.000 e R\$ 20.000.

Caixa e capital:

Destaca-se, ainda, a disponibilidade de caixa e capital, além do baixo índice de alavancagem, que permite ao Conglomerado estar bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

No primeiro semestre de 2019, expandimos os relacionamentos existentes e atraímos novos investidores em todos os segmentos, o que levou a um crescimento de 52% da captação total, passando de R\$ 5.887.212 em junho de 2018 para R\$ 8.926.933 em junho de 2019.

Destques do primeiro semestre de 2019:

• Criação do Conselho de Administração

No processo contínuo de evolução da Governança Corporativa do Original, foi decidida a criação de um Conselho de Administração. O Conselho foi aprovado em 28 de fevereiro de 2019 pelo Banco Central do Brasil, e conta hoje com dois Membros Independentes e dois Membros de partes relacionadas.

• Alterações no corpo diretivo

Alexandre Abreu, que foi presidente do Banco do Brasil e se juntou ao time do Original em agosto de 2018, assumiu a presidência do Banco, em janeiro de 2019.

Raul Moreira, ex-presidente da Alelo, assumiu a diretoria executiva de Tecnologia, Produtos e Operações, em março de 2019;

Maurício Maurano, ex-vice presidente do Banco do Brasil, assumiu a recém-criada diretoria do segmento de pequenas e médias empresas em junho de 2019.

• Open Banking

Com o objetivo de ampliar as linhas de negócios e atuar em múltiplas verticais, diversificamos a atuação do banco em novos segmentos aproveitando a estrutura de Open Banking, diferenciada que utiliza o que é mais atual em inovação tecnológica.

Neste processo de ampliação da atividade, as Fintechs são parceiras importantes para o Original. O Banco constantemente avalia oportunidades de negócios neste universo de startups. Podemos atuar desde a distribuição de nossos produtos e serviços financeiros nas plataformas destas Fintechs, até avaliar estruturas em que possamos oferecer produtos destas Fintechs para nossos clientes. Outra atuação possível, por exemplo, e alinhada com a agenda Bacen, é a de contribuir nos processos de governança, avaliação de risco e PLD destas Startups, dando mais robustez às suas respectivas atividades.

• Crescimento da base de clientes, ativos e captação no Banco Digital

O Original segue firme na sua estratégia de ser um dos principais bancos com tecnologia digital. Esse esforço tem dado resultados positivos desde seu lançamento. Com a diversificação da atuação, atingimos a marca de aproximadamente 1,6 milhões de clientes em 30 de junho de 2019, saindo de 621 mil em junho de 2018, representando um aumento de 258% no período.

A carteira de crédito e a captação advindas deste segmento somam respectivamente R\$ 539.776 e R\$ 1.301.028, ao final do primeiro semestre de 2019, também refletindo a expansão da base de clientes.

● Prêmios e Reconhecimentos

Criado em 2001 pela Editora Executivos Financeiros, o Prêmio eFinance tem por objetivo premiar as soluções de ponta que contribuem decisivamente para elevar a eficiência operacional, aprimorar a gestão e adicionar real valor à indústria bancária, securitária, empresas de créditos e de meios de pagamentos e demais players que atuam no setor.

Em sua 19ª edição, em 2019, o Banco Original foi reconhecido com as seguintes premiações:

• efinance 2019 – Premiados em 02 categorias:

Categoria: Banco Digital.

Case: *"Jornada do Banco Original Digital"* e *"Plataforma de Agente Original"*,

Categoria: Gestão de Identidade

Case: *"Projeto Liveness"* e *"Validação automática de CNH"*.

• Outras premiações

-Prêmio Valor Inovação Brasil: Original entre os TOP 5 dos bancos mais inovadores.

Único banco 100% digital a figurar entre os primeiros do ranking. O Original foi o primeiro banco a permitir abertura de conta e aprovação de limite de crédito sem apresentação de documento, usando inteligência artificial, geolocalização e inteligência de renda presumida.

-Associação Brasileira de Marketing de Dados (ABEMD): Inovação na captação de clientes.

Inovação na captação de clientes garante reconhecimento ao Original pela Associação Brasileira de Marketing de Dados (ABEMD) na categoria Especialidade CRM/Loyalty.com. O projeto foi uma parceria entre o SERASA e o Original.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de junho de 2019, o Conglomerado apresentou lucro de R\$ 3.601, contra um lucro de R\$ 2.152 apresentado no 1º semestre de 2018.

Mantemos a perspectiva anteriormente compartilhada de que os resultados do Conglomerado devem ainda apresentar volatilidade até a maturação da atividade de varejo, esperada para 2020 mantidas as expectativas de melhoria nos cenários, político e econômico do país.

2. Ativos e Passivos

Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 11.916.771 (30/06/2018 - R\$ 9.160.445) ao final do período, representado principalmente por:

Descrição	30/06/2018	30/06/2019
Aplicações Interfinanceiras	369.563	887.195
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.149.675	3.242.004
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	5.209.353	6.585.061

No primeiro semestre de 2019, em linha com o plano de negócio traçado pelo corpo diretivo, seguimos crescendo em importância e relevância a carteira do Agronegócio e a carteira de Recebíveis, diversificando a base de clientes e melhorando o risco da carteira.

	30/06/2018	30/06/2019	Variação
Corporate	1.979.842	2.137.051	7,94%
Recebíveis	1.498.712	2.118.204	41,33%
Agro	1.394.220	1.788.160	28,26%
Carteira Legado	3.507	1.870	-46,68%
Carteira PF	333.072	539.776	62,06%
Carteira Total	5.209.353	6.585.061	26,41%

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do semestre, atingiu o saldo de R\$ 7.915.593 (30/06/2018 - R\$ 6.095.543) com um crescimento de 30% nos 12 meses.

O saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 216.919 (30/06/2018 - R\$ 187.142), correspondendo a 3% da carteira expandida.

O prazo médio da carteira ativa ao final do semestre é de 387 dias.

O resultado das políticas mais seletivas nas cessões de créditos está demonstrado pelos seguintes indicadores:

- 83,12% da Carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 95,13% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal.

Houve melhora importante da qualidade da carteira de crédito do banco. A inadimplência acima de 90 dias se mantém abaixo da média do mercado, demonstra que o crescimento do ano ocorreu de forma consistente e dentro da política seletiva de crédito. Abaixo os índices que demonstram essa qualidade.

Período	PCLD/ Carteira	Carteira AA-C	Carteira D-H	NPL Original	NPL Mercado Recursos Livres
jun-18	3,56%	87,90%	6,30%	3,26%	4,40%
jun-19	3,20%	95,13%	4,84%	1,31%	3,83%

*Fonte: Site Banco Central do Brasil - Sistema gerenciado de Séries Temporais

Destaca-se ainda que, mesmo com a queda do NPL (Inadimplência acima de 90 dias) pela melhora da qualidade dos créditos, foram mantidos os critérios de provisionamento que geram impacto positivo no índice de cobertura (acima de 90 dias) que fecha o 1º semestre de 2019 em de 244,4%.

O quadro a seguir demonstra que mesmo com crescimento expressivo da carteira comparado ao mesmo período de 2018, a posição de risco de crédito do Conglomerado apresenta elevados indicadores de cobertura via garantia real. O percentual da carteira não coberta por este tipo de garantia é majoritariamente composto por operações de cessão de recebíveis performados, produto de crédito cujo receável é o próprio lastro da operação. De acordo com a política de concessão de crédito aos clientes do banco de atacado, normalmente são solicitadas garantias reais para as operações de crédito, para proteção contra possível desvalorização, custos processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando-se de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

Rating	Carteira e Garantias					
	Carteira em Dia (Normal)	Carteira em Atraso (Anormal)	Saldo Carteira	PCLD	Garantia Real	% Cobertura
AA - C	6.179.231	84.827	6.264.058	38.978	4.774.381	76,22%
D-H	156.589	164.414	321.003	171.741	338.374	105,41%
Total	6.335.820	249.241	6.585.061	210.719	5.112.755	77,64%

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Funding

O funding total do Conglomerado apresentou crescimento importante, da ordem de 52% atingindo R\$ 8.926.933 (30/06/2018 - R\$ 5.915.645) e fecha o primeiro semestre de 2019 com um prazo médio de 403 dias.

Com a expansão da base e dos clientes do Banco digital, a captação vinda deste segmento, já representa 14,6% deste valor, que equivale a R\$ 1.301.028.

Este crescimento importante da captação, permitiu não somente a expansão dos ativos de crédito, mas também que encerrássemos o semestre com mais de uma vez o Patrimônio Líquido em caixa. O caixa total que havia encerrado o 1º semestre de 2018 em R\$ 1.287.446, encerra o 1º semestre de 2019 em R\$ 2.932.225, com incremento de 128% em 12 meses, demonstrando assim, nossa forte estrutura de liquidez.

Capital e Basileia

O índice de Basileia do Conglomerado continua bastante confortável, encerrando o semestre em 13,72%. Este índice foi calculado de maneira prudencial em linha com os conceitos de Basileia e exclui o impacto da venda da marca feita em dez/16 e da Corretora de Seguros em dez/18. Tal efeito só é incorporado no cálculo quando há o efetivo recebimento das parcelas em aberto. Excluindo os ajustes prudenciais acima mencionados, o índice de BIS III é de 14,23% ao final de junho de 2019. Em resumo, o Conglomerado permanece com baixa alavancagem, resultando em espaço de capital para suportar com folga o crescimento futuro dos negócios.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do primeiro semestre de 2019 foi de R\$ 2.232.157 (30/06/2018 - R\$ 2.215.947), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2018	30/06/2019
Capital Social	2.239.124	2.239.124
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(110)	11.920
Reservas de Lucros	22.989	26.486
Prejuízos Acumulados	(46.056)	(45.373)

● Agência de Rating

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2	BBB	B	B+
S&P ⁽²⁾	A-2	A-		

(1) Abril 2019

(2) Setembro 2018

● Sumário Executivo

	30/06/2018	30/06/2019
Lucro Líquido	2.152	3.601
Ativos Totais	9.160.445	11.916.771
Carteira de Crédito Expandida	5.654.141	7.075.314
Carteira Corporate	1.979.842	2.137.051
Carteira Recebíveis	1.498.712	2.118.204
Carteira Agro	1.394.220	1.788.160
Fianças	396.627	391.817
Notas Promissórias e Debêntures	48.161	98.436
Carteira Legado	3.507	1.870
Pessoa Física	333.072	539.776
Captação Total	5.915.645	8.926.933
Patrimônio Líquido	2.215.947	2.232.157
PCLD/Carteira	3,56%	3,20%
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	3,26%	1,31%
Índice de Basileia	15,11%	13,72%
Colaboradores	985	1.198

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, em relação a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

2. Comitê de Auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O Conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2019, foram abertas 83 demandas (30/06/2018 - 374), as quais foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN 4.433 de 23 de julho de 2015.

Vale ressaltar que o Conglomerado Original foi classificado em 1º lugar no ranking de qualidade no Atendimento ao Cliente pelo Conglomerado Central do Brasil no 1º trimestre de 2019.

● Pessoas

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento dos negócios e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente no qual todos possam contribuir com suas experiências.

Assim, investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando nenhum outro serviço que eventualmente pudessem criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 27 de agosto de 2019.

Contador
Carlos de Souza Valentim
CRC- RJ 049674/O-4TC

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e Acionistas do
Conglomerado Financeiro Original
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Original, em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 31 às demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Conglomerado, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras combinadas. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente sem modificações em 27 de agosto de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
-
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Ativo Circulante		8.096.886	5.883.771
Disponibilidades	5	44.872	89.026
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	887.195	353.914
Aplicações no Mercado Aberto		663.091	246.186
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		150.035	34.192
Aplicações em Moeda Estrangeira		74.069	73.536
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	2.422.655	1.745.576
Carteira Própria	7.a.2	2.245.434	1.205.945
Vinculados a Compromissos de Recompra	7.a.2	118.205	370.248
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2	41.515	105.608
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	17.501	63.775
Relações Interfinanceiras	8	8.815	4.704
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2.634	1.955
Depósitos no Banco Central		5.823	2.748
Correspondentes		358	1
Relações Interdependências	15.d	-	12.096
Transferências Internas de Recursos		-	12.096
Operações de Crédito	9	1.693.830	1.421.074
Setor Privado		1.805.994	1.539.452
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(112.164)	(118.378)
Outros Créditos		3.022.334	2.242.853
Carteira de Câmbio	10.a	223.180	166.056
Rendas a Receber		2.895	2.006
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	3.218	5.610
Direitos Creditórios	10.e	2.449.341	1.772.576
Créditos Tributários	10.b.1	1.394	83.053
Diversos	10.d	376.256	233.086
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(33.950)	(19.534)
Outros Valores e Bens	11	17.185	14.528
Despesas Antecipadas		17.185	14.528
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.139.815	2.560.000
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	-	15.649
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	15.649
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	819.349	404.099
Carteira Própria	7.a.2	359.534	67.905
Vinculados a Compromissos de Recompra	7.a.2	50.560	146.788
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2	405.062	183.782
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	4.193	5.624
Operações de Crédito	9	1.810.539	1.399.218
Setor Privado		1.875.144	1.446.562
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(64.605)	(47.344)
Outros Créditos		410.148	638.220
Direitos Creditórios	10.e	-	161.466
Créditos Tributários	10.b.1	380.647	289.575
Diversos	10.d	29.501	187.189
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	-	(10)
Outros Valores e Bens	11	99.779	102.814
Outros Valores e Bens		113.386	114.674
(Provisão para Desvalorização)		(13.607)	(11.860)
Permanente		680.070	716.674
Investimentos		7.171	7.009
Participações em Coligadas e Controladas no país:	12	6.122	6.561
Outros Investimentos		1.049	448
Imobilizado de Uso	13	54.964	66.845
Outras Imobilizações de Uso		107.682	102.689
(Depreciação Acumulada)		(52.718)	(35.844)
Ativos Intangíveis	14	617.935	642.820
Ativos Intangíveis		891.695	826.337
(Amortização Acumulada)		(273.760)	(183.517)
Total do Ativo		11.916.771	9.160.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Passivo Circulante		4.622.398	4.615.805
Depósitos	15.a	1.513.910	1.411.323
Depósitos à Vista		189.147	161.808
Depósitos Interfinanceiros		101.389	3.119
Depósitos a Prazo		1.221.029	1.246.396
Outros Depósitos		2.345	-
Captações no Mercado Aberto	15.b	50.007	628.508
Carteira Própria		50.007	507.571
Carteira de Terceiros		-	120.937
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	2.403.727	2.199.021
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.403.727	2.198.549
Certificados de Operações estruturadas		-	472
Relações Interfinanceiras	8	4.046	2.626
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		4.046	2.626
Relações Interdependências	15.d	18.667	3.894
Recursos em Trânsito de Terceiros		18.667	3.894
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	7.733	-
Outras Instituições		7.733	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	15.761	44.023
Instrumentos Financeiros Derivativos		15.761	44.023
Outras Obrigações		608.547	326.410
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.135	794
Carteira de Câmbio	10.a	-	292
Fiscais e Previdenciárias	16.a	243.125	58.477
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	3.251	13.892
Diversas	16.b	361.036	252.955
Passivo Exigível a Longo Prazo		5.048.679	2.317.576
Depósitos	15.a	3.943.346	1.970.438
Depósitos a Prazo		3.943.346	1.954.596
Depósitos Interfinanceiros		-	15.842
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	1.060.562	306.430
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.060.562	306.430
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	630	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		630	-
Outras Obrigações		44.141	40.708
Diversas	16.b	44.141	40.708
Resultados de Exercícios Futuros		13.537	11.117
Rendas Antecipadas		13.537	11.117
Patrimônio Líquido		2.232.157	2.215.947
Capital Social:		2.239.124	2.239.124
De Domiciliados no País	18.a	2.239.124	2.239.124
Reservas de Lucros	18.c	26.486	22.989
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	11.920	(110)
Prejuízos Acumulados		(45.373)	(46.056)
Total do Passivo		11.916.771	9.160.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Receitas da Intermediação Financeira		878.840	528.808
Resultado de Operações de Crédito	9.g	362.671	578.125
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	461.705	55.205
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	45.357	(139.879)
Resultado de Operações com Câmbio	10.a.1	9.107	35.357
Despesas da Intermediação Financeira		(320.005)	(226.249)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(319.965)	(218.603)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.f	(40)	(7.646)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		558.835	302.559
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(85.051)	(59.608)
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		473.784	242.951
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(358.457)	(240.302)
Receitas de Prestação de Serviços	21.a	16.938	18.903
Tarifas	21.b	10.873	3.412
Despesas de Pessoal	22	(136.359)	(124.465)
Outras Despesas Administrativas	23	(210.414)	(170.674)
Despesas Tributárias	24	(28.729)	(10.564)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(3.590)	(393)
Outras Receitas Operacionais	25	6.343	46.651
Outras Despesas Operacionais	26	(13.519)	(3.172)
Resultado Operacional		115.327	2.649
Resultado não Operacional	27	(4.899)	(672)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		110.428	1.977
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	(79.339)	14.501
Provisão para Imposto de Renda		(290)	(211)
Provisão para Contribuição Social		(142)	(185)
Ativo/ Passivo Fiscal Diferido		(78.907)	14.897
Participações no Lucro		(27.488)	(14.326)
Lucro Líquido do Semestre		3.601	2.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO FINANCEIRO ORIGINAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017		2.239.124	3.468	18.847	1.076	(47.534)	2.214.981
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(1.186)	-	(1.186)
Lucro Líquido do semestre		-	-	-	-	2.152	2.152
Destinações							
Constituição Reserva Legal/Estatutária		-	34	640	-	(674)	-
Saldo em 30 de junho de 2018		2.239.124	3.502	19.487	(110)	(46.056)	2.215.947
Mutações do Semestre		-	34	640	(1.186)	1.478	966
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.239.124	3.525	19.939	3.715	(45.952)	2.220.351
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	-	8.205	-	8.205
Lucro Líquido do semestre		-	-	-	-	3.601	3.601
Destinações							
Constituição Reserva Legal/Estatutária	18.c.2	-	151	2.871	-	(3.022)	-
Saldo em 30 de junho de 2019		2.239.124	3.676	22.810	11.920	(45.373)	2.232.157
Mutações do Semestre		-	151	2.871	8.205	579	11.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		3.601	2.152
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre		(104.928)	(61.807)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	85.051	59.608
Carteira de crédito		51.498	58.823
Outros Créditos		33.553	785
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	3.590	393
Depreciação / Amortização	23	52.098	57.227
Variação Cambial e Juros		(7.228)	(132.303)
Ajuste a Valor de Mercado		(324.487)	(3.088)
Tributos Diferidos		94.167	(14.903)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		9.019	(3.531)
Provisão de Participações no Lucro		(16.499)	14.326
Provisão para Desvalorização BNDU		3.679	122
Crédito Fiscal		-	(19.553)
Demais ajustes no Semestre		(4.318)	(20.105)
Lucro Líquido/ (Prejuízo) Ajustado do Semestre		(101.327)	(59.655)
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		153.301	(112.142)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(227.485)	14.439
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		17.630	(2.092)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(262.769)	(490.736)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(102.605)	450.474
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(1.440)	4.038
Aumento (Redução) em Depósitos		268.598	(483.328)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(453.694)	142.849
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		742.474	649.377
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(17.476)	6.617
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		106.873	3.818
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(994)	(663)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		121.086	122.996
Atividades de Investimento			
Redução em Investimentos		(4.156)	-
Aquisição/ Baixa de Imobilizado de Uso	13.b	(3.788)	(4.860)
Aquisição/ Baixa no Intangível	14.b	(46.445)	(19.048)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(54.389)	(23.908)
Atividades de Financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio		-	(7.773)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	(7.773)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		66.697	91.315
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		1.239.858	983.548
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	5	1.306.555	1.074.863
<u>Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		<u>66.697</u>	<u>91.315</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), especificamente as normas do Conglomerado Financeiro, e do Bacen e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações combinadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 27 de agosto de 2019 e serão divulgadas no endereço eletrônico www.original.com.br.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Conglomerado Financeiro Original conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às normas do Conglomerado Financeiro.

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado em 30 de junho de 2019 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A., da Agência Cayman e do Banco Original do Agronegócio S.A. O Banco Original e o Banco Original do Agronegócio não possuem participação um no outro.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações combinadas estão assim representados:

1) Banco Original S.A.

	Banco Original S.A.		Agência Cayman		Banco Original Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Total do Ativo	11.929.831	9.177.802	425.198	42.801	11.892.770	9.135.008
Total do Passivo	9.833.645	7.094.294	381.038	-	9.796.584	7.051.500
Total do Patrimônio Líquido	2.096.186	2.083.508	44.160	42.801	2.096.186	2.083.508
Total dos Lucros/ (Prejuízos) Líquidos do semestre	579	1.478	865	546	579	1.478

2) Banco Original do Agronegócio S.A.

	Banco Original do Agronegócio S.A.	
	30/06/2019	30/06/2018
Total do Ativo	157.051	143.943
Total do Passivo	21.080	11.504
Total do Patrimônio Líquido	135.971	132.439
Total dos Lucros Líquidos do semestre	3.022	674

Nos procedimentos de combinação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A., Banco Original S.A e a Agência Cayman. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte dessa combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 com as alterações introduzidas pela circular 3.129/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011, os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;

- Títulos disponíveis para venda - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

● Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 30 de junho de 2019 e 2018 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Conglomerado em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e alterações subsequentes, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

● Hedge de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado;

● Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior - Hedge de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a Instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Conglomerado Original adquire créditos, de natureza mercantil, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em menor frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de forma linear as respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (*Impairment*)

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do semestre em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. No primeiro semestre de 2019, foram registradas perdas por *Impairment*, uma baixa/perda no valor de R\$ 2.587 – Tokens.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Correntes e Diferidos)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%. As instituições financeiras, durante o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018 estiveram sujeitas à alíquota de 20% (Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015), retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Em 30 de junho de 2019, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica “Outros créditos” e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a Entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- Provisões - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem opção senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em “Despesas tributárias”.

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações prefixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendem-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas que estão demonstradas na Nota Explicativa nº 19, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 4.636/2018. A partir da Resolução nº 4.693/2018 as transações de operações de crédito com partes relacionadas são permitidas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art.6º e os limites previstos no art. 7º sendo ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. O Conglomerado não possui operações de crédito com partes relacionadas. Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2019 o Conglomerado efetuou cessão de carteira de crédito com partes relacionadas, a qual foi precificada por critérios adotados pela cessionária. No primeiro semestre de 2019 não tivemos cessões de carteira de crédito. (vide Nota Explicativa nº 9.f).

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do semestre de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 não foram deliberados dividendos e juros sobre capital próprio pois o Banco possui estoque de prejuízo fiscal, ou seja, o lucro do semestre foi absorvido por estoque de prejuízo fiscal acumulado de períodos anteriores.

t) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

De acordo com a Resolução Bacen nº 4.512/2016 as operações de avais e fianças prestadas e honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

5. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Títulos e Valores Mobiliários
Total

	30/06/2019	30/06/2018
	44.872	89.026
	713.268	254.013
	548.415	731.824
	<u>1.306.555</u>	<u>1.074.863</u>

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	30/06/2019	30/06/2018
			Total	Total
<u>Aplicações no Mercado Aberto</u>	663.091	-	663.091	246.186
Posição Bancada	663.091	-	663.091	126.008
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.994	-	10.994	47.706
Letras do Tesouro Nacional - LTN	34.000	-	34.000	27.499
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	618.097	-	618.097	50.803
Posição Financiada	-	-	-	120.178
Letras do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	120.178
<u>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</u>	150.035	-	150.035	49.841
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	50.178	-	50.178	-
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinculados Crédito Rural	99.857	-	99.857	49.841
<u>Aplicações em Moedas Estrangeiras</u>	1.269	72.800	74.069	73.536
Aplicação de prazo fixo	1.269	72.800	74.069	73.536
<u>Total</u>	<u>814.395</u>	<u>72.800</u>	<u>887.195</u>	<u>369.563</u>
Circulante			887.195	353.914
Longo Prazo			-	15.649

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os prazos referem-se ao lastro da operação, e as aplicações em DI estão custodiadas na B3.

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	30/06/2019	30/06/2018
			Valor Contábil	Valor Contábil
<u>Carteira Própria</u>				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	158.204	167	158.371	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.129.154	19.194	1.148.348	733.647
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	233.310	472.175	705.485	321.680
Total Carteira Própria	<u>1.520.668</u>	<u>491.536</u>	<u>2.012.204</u>	<u>1.055.327</u>
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)	118.205	114.886
Total Vinculados a compromissos de recompra	<u>118.289</u>	<u>(84)</u>	<u>118.205</u>	<u>114.886</u>
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.499	449	17.948	8.455
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	23.030	537	23.567	-
Total Vinculados à prestação de garantias	<u>40.529</u>	<u>986</u>	<u>41.515</u>	<u>8.455</u>

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	30/06/2019	30/06/2018
			Valor Contábil	Valor Contábil
<u>Carteira Própria</u>				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	14.362
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	346.962	12.572	359.534	65.362
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽²⁾	4.256	(1.560)	2.696	3.720
Debêntures	-	-	-	1.060
Notas Promissórias	-	-	-	17.597
LF Pós-Principal e Encargos	-	-	-	422
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽³⁾	115.901	-	115.901	116.000
Fundo de investimento em direitos creditórios Picpay ⁽⁴⁾	114.633	-	114.633	-
Total Carteira Própria	<u>581.752</u>	<u>11.012</u>	<u>592.764</u>	<u>218.523</u>
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	130.814
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	48.398	2.162	50.560	242.252
Títulos Privados				
Debêntures	-	-	-	29.084
Total Vinculados a compromissos de recompra	<u>48.398</u>	<u>2.162</u>	<u>50.560</u>	<u>402.150</u>
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	396.592	8.470	405.062	262.173
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	-	-	-	18.762
Total Vinculados à prestação de garantias	<u>396.592</u>	<u>8.470</u>	<u>405.062</u>	<u>280.935</u>

a.2) Classificação e Vencimento

a.2.1) Títulos para Negociação

	Sem vencimento	Até 3 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2019	30/06/2018
				Total	Total
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	158.371	158.371	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	548.415	599.933	1.148.348	733.647
Títulos Privados					
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	705.485	-	-	705.485	321.680
Total Carteira Própria	705.485	548.415	758.304	2.012.204	1.055.327
Circulante				2.012.204	1.055.327
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	118.205	118.205	114.886
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	118.205	118.205	114.886
Circulante				118.205	114.886
Vinculados à prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	17.948	17.948	8.455
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	23.567	-	-	23.567	-
Total Vinculados à prestação de garantias	23.567	-	17.948	41.515	8.455
Circulante				41.515	8.455

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Sem vencimento	Até 3 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2019	30/06/2018
				Total	Total
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	14.362
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	359.534	359.534	65.362
Títulos Privados					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽²⁾	2.696	-	-	2.696	3.720
Debêntures	-	-	-	-	1.060
Nota promissória	-	-	-	-	17.597
LF Pós-Principal e Encargos	-	-	-	-	422
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽³⁾	115.901	-	-	115.901	116.000
Fundo de investimento em direitos creditórios Picpay ⁽⁴⁾	114.633	-	-	114.633	-
Total Carteira Própria	233.230	-	359.534	592.764	218.523
Circulante				233.230	150.618
Longo Prazo				359.534	67.905
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	50.560	50.560	242.252
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	130.814
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	-	29.084
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	50.560	50.560	402.150
Circulante				-	255.362
Longo Prazo				50.560	146.788
Vinculados à prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	405.062	405.062	262.173
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	-	-	-	-	18.762
Total Vinculados à prestação de garantias	-	-	405.062	405.062	280.935
Circulante				-	97.153
Longo Prazo				405.062	183.782

(1) Ações da JBS S.A.

(2) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(3) No primeiro semestre de 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa J&F Investimentos, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 9.f). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia sendo estas cotas da empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (vide Nota Explicativa nº 9.f).

(4) Em maio de 2019 efetuamos uma aplicação no novo fundo de investimentos em direitos creditórios Picpay constituído no mesmo mês. Possuímos em junho de 2019 100% das cotas deste fundo e somos cotista subordinados.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	32.342	12.160
Resultado de Títulos de Renda Fixa	94.453	60.021
Resultado de Títulos de Renda Variável	331.793	(17.127)
Resultado de Títulos no Exterior	3.117	151
Total	461.705	55.205

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota Explicativa nº 29.

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes;
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e carteira bancária (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2018 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* do Conglomerado. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- Value at Risk (VAR) Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test;
- Stop Loss.

Aqueles classificados como banking possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2019, o Conglomerado detinha um único instrumento financeiro derivativo classificado contabilmente, nos termos da Circular Bacen nº 3.082/2002, como hedge de fluxo de caixa. Este instrumento é um swap que faz o hedge da variação cambial do Capital da agência do Banco Original em Cayman.

Carteira Trading		Value at Risk	jun/19	jun/18
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	258	93	467
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	1	1	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	422	518	660
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	155	672	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	244.128	247.175	84.745
Exposição com Correlação		242.793	244.970	82.011

Carteira Banking		Teste de Estresse	jun/19	jun/18
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		18.508	14.087	16.355

Destaca-se que o aumento relevante do Value at Risk (Var) na comparação entre o fechamento de junho de 2018 e o fechamento de junho de 2019, está atrelado principalmente ao estoque de ações, que é responsável por parte relevante desta carteira que aumentou seu valor de exposição, através da forte valorização ocorrida, elevou seu patamar de volatilidade histórica e registrou diminuição do volume negociado.

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps" e NDFs:** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2019			30/06/2018		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos
NDF						
Posição Ativa	9.914	10.298	940.686	63.499	64.827	997.740
Prefixado	4.532	4.167	190.183	54	29	234.871
Dólar	5.378	6.128	749.636	63.421	64.773	761.996
Euro	4	3	867	24	25	873
Posição Passiva	(16.277)	(15.109)	(940.686)	(8.474)	(9.853)	(997.740)
Prefixado	(15.670)	(14.475)	(750.503)	(21)	(26)	(234.871)
Dólar	(518)	(546)	(189.291)	(8.412)	(9.786)	(761.996)
Euro	-	-	(864)	(41)	(41)	(873)
Real	(89)	(88)	(28)	-	-	-
Diferencial Líquido	(6.363)	(4.811)	-	55.025	54.974	-

	30/06/2019			30/06/2018		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
Swap						
Posição Ativa	4.819	10.128	480.161	1.378	4.572	534.740
Prefixado	1.960	3.051	100.507	660	849	83.074
Dólar	715	1.784	105.990	667	1.540	110.488
CDI	2.144	5.293	273.664	51	2.183	341.178
Posição Passiva	(233)	(526)	(480.161)	(34.295)	(34.159)	(534.740)
Prefixado	(42)	(240)	(184.694)	(1)	(2)	(58.121)
Dólar	(171)	(237)	(287.370)	(34.163)	(34.053)	(381.651)
CDI	-	-	(4.690)	-	-	(89.549)
Euro	(20)	(49)	(3.407)	(131)	(104)	(5.419)
Diferencial Líquido	4.586	9.602	-	(32.917)	(29.587)	-
Opções						
Posição Ativa	-	1.268	-	-	-	-
Compra de Opção de Compra	-	1.268	-	-	-	-
Posição Passiva	-	(756)	-	-	-	-
Venda de Opção de Venda	-	(756)	-	-	-	-
Diferencial Líquido	-	512	-	-	-	-
Opções - COE						
Posição Ativa	-	-	-	-	-	500
Dólar	-	-	-	-	-	500
Posição Passiva	-	-	-	-	(11)	(500)
Dólar	-	-	-	-	(11)	(500)
Diferencial Líquido	-	-	-	-	(11)	-

	30/06/2019			30/06/2018		
	Custo - Valor a Receber/(Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Resumo						
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	(6.363)	1.552	(4.811)	940.686	(51)	997.740
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	4.586	5.016	9.602	480.161	3.330	534.740
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	512	512	-	-	-
Contratos de Opções (COE) a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	(11)	500
Contratos de Mercado Futuro a Receber/ (Pagar)	-	-	-	5.362.628	-	4.069.082
Total	(1.777)	7.080	5.303	6.783.475	3.268	5.602.062

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	30/06/2019			30/06/2018	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado					
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(1.460)	(3.180)	(171)	(4.811)	54.974
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	2.576	3.292	3.734	9.602	(29.587)
Operações Opções a Receber/ (Pagar)	777	(265)	-	512	-
Certificado de Operação Estruturada (COE)	-	-	-	-	(11)
Total	1.893	(153)	3.563	5.303	25.376

	30/06/2019			30/06/2018	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores Referenciais dos Futuros*					
DI	433.000	117.500	2.042.500	2.593.000	1.803.000
Dólar	642.367	-	-	642.367	660.527
DDI	76.125	844.328	1.178.581	2.099.034	1.605.555
BGI	-	3.196	-	3.196	-
CCM	-	353	-	353	-
Euro	4.364	-	-	4.364	-
IND	20.314	-	-	20.314	-
Total	1.176.170	965.377	3.221.081	5.362.628	4.069.082

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, Dólar, cupom de Dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 33 passivos (30/06/2018 – R\$ 8.282 passivos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos registrados na B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 423.010 (30/06/2018 - R\$ 270.628) sendo este representado por LTN R\$ 17.948 (30/06/2018 - R\$ 8.455), NTN R\$ 405.062 (30/06/2018 - R\$ 262.173).

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/06/2019		01/01 a 30/06/2019		01/01 a 30/06/2018	
	Receita	Despesa	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
NDF	40.775	(44.351)	(3.576)	67.417	-	-
Swap	21.565	(9.716)	11.849	(14.064)	-	-
Opções	1.315	(616)	699	-	-	-
COE	5	-	5	-	-	-
DI	179.140	(152.224)	26.916	(2.736)	-	-
DDI	600.455	(587.494)	12.961	(109.120)	-	-
BGI	316	(170)	146	(6)	-	-
Moedas	1.239	(1.496)	(257)	(364)	-	-
Índice	5.765	(5.225)	540	(1.050)	-	-
Dólar	256.883	(260.778)	(3.895)	(79.823)	-	-
Milho	61	(92)	(31)	-	-	-
S&P	-	-	-	(133)	-	-
Total	1.107.519	(1.062.162)	45.357	(139.879)		

b.4) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Conglomerado Original utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman (variação cambial), cuja moeda de suas operações está em Dólar. O valor do investimento líquido de impostos foi de USD 10.000. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de hedge de fluxo de caixa.

O Conglomerado documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. O Conglomerado também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

O método utilizado no teste de efetividade é o prospectivo e retrospectivo, de forma que os resultados reais se encontram na faixa de 80% a 125%. A mensuração da efetividade do hedge, foi realizada com base na variação da taxa de dólar Ptax e os demais componentes do instrumento de hedge foram reconhecidos no resultado. Seguem as premissas para o teste:

- a) A taxa USD SPOT foi igual a USD PTAX - 3,8748.
- b) A ponta passiva: variação cambial.
- c) A ponta ativa: taxa pré 2,50% aa.
- d) Swap de U\$ 17.479: sendo líquido de impostos (U\$ 10.000), contra o investimento de U\$ 10.000.

A operação de derivativo swap futuro, foi efetuada no dia 28 de dezembro de 2018 (data de designação do hedge), com vencimento em 02 de janeiro de 2020 no valor de USD 17.479.

Como o capital social da agência de Cayman (investimento) não possui um vencimento, o instrumento de hedge passará por rolagem (contratação de um novo derivativo) no vencimento do instrumento.

Por questões fiscais, pois o instrumento de hedge possui incidência de impostos que não recaem no capital social (investimento) da agência de Cayman, assim caracterizando um overhedge, o instrumento de hedge foi contratado no valor de USD 17.479 para o objetivo de hedge de USD 10.000.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do semestre. Em 30 de junho de 2019, o valor eficaz registrado no patrimônio líquido foi de R\$ 745, e o impacto no resultado do componente ineficaz foi no valor de R\$ 843 (30/06/2018 - R\$ 1.012) contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos. O valor líquido estimado da perda que se espera ser reconhecido até o vencimento da operação é de R\$ 343.

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" no montante de R\$ 4.769 ativa (30/06/2018 - R\$ 2.078 ativa) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posições ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2019	30/06/2018
Empréstimos, adiantamentos a depositantes e operações de crédito vinculadas a cessão	1.954.675	1.731.007
Adiantamentos a depositantes	68	-
Empréstimos	1.833.656	1.602.960
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	371.262	311.921
Capital de Giro	993.050	1.037.519
Conta Corrente Garantida	94.071	42.498
Empréstimo Consignado	102	362
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	1
Cheque Especial	83.821	55.931
Empréstimo Rotativo	91.895	15.341
Crédito Pessoal	146.310	45.203
Outros empréstimos	53.145	94.184
Financiamentos	1.537.665	1.121.374
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	1.537.665	1.121.374
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	39.158	60.181
Financiamentos Imobiliários	149.640	73.452
Operações de crédito vinculadas à Cessão	120.951	128.047
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 10.a)	223.033	149.609
Direitos Creditórios (Nota 10.e)	2.449.341	1.934.042
Operações com Cartões de Crédito (Nota 10.d)	213.588	133.044
Outros créditos (Nota 10.d)	17.961	6.644
Subtotal	6.585.061	5.209.353
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e)	(176.769)	(165.722)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e.1)	(33.950)	(19.544)
Total	6.374.342	5.024.087
Circulante	4.422.215	3.463.413
Longo Prazo	1.952.127	1.560.674

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituído.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2019			30/06/2018	
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado					
Rural	25.343	882.555	1.296.698	2.204.596	1.734.356
Indústria	3.605	565.508	196.221	765.334	867.296
Pessoas Físicas	92.888	369.452	88.197	550.537	325.931
Comércio	18.568	2.307.078	122.325	2.447.971	1.921.643
Serviços	1.396	386.598	147.404	535.398	302.764
Outros	103	44.488	36.634	81.225	57.363
Total	141.903	4.555.679	1.887.479	6.585.061	5.209.353

c) Concentração de Crédito

	30/06/2019				30/06/2018	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	904.136	14%	3.534	2%	1.043.824	20%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.547.032	23%	40.227	19%	1.377.118	26%
100 Maiores Devedores Seguintes	873.272	13%	10.670	5%	648.790	12%
Demais Devedores Seguintes	3.260.621	50%	156.288	74%	2.139.621	42%
Total	6.585.061	100%	210.719	100%	5.209.353	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2019. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos			30/06/2019	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Constituída ⁽²⁾
AA	0,0%	1.184.906	-	1.184.906	-
A	0,5%	4.288.438	79	4.288.517	21.446
B	1%	382.692	21.429	404.121	4.055
C	3%	323.195	63.319	386.514	13.476
D	10%	19.601	34.299	53.900	10.582
E	30%	114.424	42.627	157.051	56.648
F	50%	9.237	798	10.035	5.017
G	70%	2.583	22.214	24.797	24.275
H	100%	10.744	64.476	75.220	75.220
Total		6.335.820	249.241	6.585.061	210.719

Nível de Risco	Carteira de Créditos			30/06/2018	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Constituída ⁽²⁾
AA	0,0%	676.890	-	676.890	-
A	0,5%	3.343.258	-	3.343.258	16.812
B	1%	543.918	12.461	556.379	5.749
C	3%	298.617	30.872	329.489	10.286
D	10%	23.367	23.178	46.545	4.780
E	30%	3.014	104.204	107.218	32.165
F	50%	15.608	13.253	28.861	14.430
G	70%	46.983	18.578	65.561	45.892
H	100%	1.405	53.747	55.152	55.152
Total		4.953.060	256.293	5.209.353	185.266

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias.

(2) A provisão é adequada para fazer face as perdas prováveis na realização dos créditos.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo Inicial	171.213	168.363
Constituição Líquida de Reversão	51.498	58.823
Baixa para Prejuízo	(45.942)	(61.464)
Saldo Final	176.769	165.722
Circulante	112.164	(118.378)
Longo Prazo	64.605	(47.344)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	16.186	147.770

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo Inicial	27.952	18.759
Constituição Líquida de Reversão	33.553	785
Baixa para Prejuízo	(27.555)	-
Saldo Final	33.950	19.544
Circulante	33.950	(19.534)
Longo Prazo	-	(10)

No primeiro semestre de 2019 o valor dos créditos renegociados é de R\$ 245.447 (30/06/2018 - R\$ 226.543), e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2019 é de R\$ 70.847 (30/06/2018 - R\$ 66.620), relativos às operações vencidas e repactuadas. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota Explicativa nº 29.

f) Cessão de Crédito

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecidos na data da cessão. No primeiro semestre de 2019 não tivemos venda de carteira.

	30/06/2019	30/06/2018
Valor da venda carteira ativa	-	22.182
Valor da venda carteira baixada para prejuízo	-	143.818
Total da venda	-	166.000

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	40	55
Rendas de Empréstimos	277.024	251.026
Rendas de Títulos Descontados	12.370	13.021
Rendas de Financiamentos	63.490	168.057
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	16.186	147.770
Despesas com Cessão de Créditos com coobrigação	1	(15)
Perdas com créditos Incobráveis	(6.440)	(1.789)
Total	362.671	578.125

10. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	30/06/2019	30/06/2018
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Estrangeira Recebidos	-	(259)
Direitos sobre Venda de Câmbio	-	292
Câmbio Comprado a Liquidar	219.137	164.089
Rendas a receber de adiantamentos concedidos ⁽¹⁾	4.043	1.934
Total	223.180	166.056
Circulante	223.180	166.056
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	-	292
Obrigações por Compra de Câmbio	(218.990)	(147.675)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	218.990	147.675
Total	-	292
Circulante	-	292

⁽¹⁾ Os valores de Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 4.043 (30/06/2018 - R\$ 1.934) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio no valor de R\$ 218.990 (30/06/2018 - R\$ 147.675) compõem o saldo de R\$ 223.033 (30/06/2018 - R\$ 149.609) divulgado na Nota Explicativa nº 9.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de câmbio	91.782	84.044
Despesas de câmbio	(82.675)	(48.687)
Total	9.107	35.357

b) Créditos Tributários

	30/06/2019	30/06/2018
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	336.099	345.738
Constituições	190.868	100.203
Reversões ⁽¹⁾	(144.926)	(73.313)
Saldo Final	382.041	372.628
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	84.272	48.498
Constituições	196.175	26.687
Reversões	(49.567)	(27.147)
Saldo Final	230.880	48.038

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2019 no Banco Original do Agronegócio S.A revertimos os créditos tributários, substancialmente, sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, no montante de R\$ 3.074 e no Banco Original S.A revertimos o valor de R\$ 41.421 referente a prejuízo fiscal e base negativa, os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen. O valor de R\$ 100.431 refere-se à realização do crédito tributário sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa do período.

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de Junho de 2019 e de 2018, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas de IRPJ 25% e CSLL 20% até novembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente

	30/06/2019	30/06/2018
Prejuízo Fiscal	502.265	454.893
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	125.566	113.723
Base Negativa de Contribuição Social	507.924	459.480
Crédito de CSLL sobre Base Negativa ⁽¹⁾	76.189	91.896
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	285.780	227.243
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	33.950	19.544
Provisão para Contingências Trabalhistas	20.601	22.880
Provisão para Contingências Cíveis	16.645	14.219
Provisão para Despesas Administrativas	32.497	27.079
Provisão PLR - Administradores	-	1.314
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	13.607	11.860
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	11.993	13.534
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	3.301
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(558)	(783)
Ajustes Futuro DI e DDI	-	(15)
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	-	(5)
Perdas em Operações de Crédito	24.753	23.231
Outras Diferenças Temporárias	10.053	5.859
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	449.322	369.381
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	449.322	369.381
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	112.331	92.345
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	67.398	73.876
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	3.405
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	11.993	13.534
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	11.993	16.939
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	558	788
Total do Ativo Fiscal Diferido	382.041	372.628
Circulante	1.394	83.053
Longo Prazo	380.647	289.575

⁽¹⁾ Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2019	30/06/2018
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	499.272	83.143
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	21.644	624
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(24.223)	(3.895)
Ajustes Futuro - DI e DDI	18.649	17.243
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(867)	(802)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	514.475	96.313
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	128.619	24.078
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	77.171	19.263
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	499.272	83.143
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	21.644	624
Ajustes Futuro - DI e DDI	18.649	17.243
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	539.565	101.010
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	25.090	4.697
Total do Passivo Fiscal Diferido	230.880	48.038
Circulante	12.569	48.038
Longo Prazo	218.311	-

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2019			30/06/2018		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2018	-	-	-	83.053	48.038	35.015
2019	1.394	12.569	(11.175)	54.900	-	54.900
2020	36.358	630	35.728	73.488	-	73.488
2021	23.891	7.460	16.431	66.250	-	66.250
2022	7.635	-	7.635	91.826	-	91.826
2023	6.752	-	6.752	3.111	-	3.111
Após 2023	306.011	210.221	95.790	-	-	-
Total	382.041	230.880	151.161	372.628	48.038	324.590

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. Em 30 de junho de 2019, não foram constituídos créditos tributários, substancialmente, sobre prejuízo fiscal e base negativa, no montante de R\$ 44.378, os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com o estudo técnico e análises pela Administração e pelas normas do Bacen.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2019, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 224.084 (30/06/2018 - R\$ 317.283).

d) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2019	30/06/2018
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	54.261	51.970
Devedores por Depósitos em Garantia	16.245	15.655
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 17.b.1)	8.433	8.244
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 17.b.2)	7.812	7.411
Adiantamentos Salariais/Outros	5.431	5.025
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 9.a)	17.961	6.644
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	257	251
Valores a receber venda da marca (Nota 30.f)	13.256	171.534
Valores a receber venda Original Corporate Corretora ⁽²⁾	36.412	-
Valores a receber de transações de pagamentos ⁽³⁾	213.588	133.044
Valores a liquidar de distribuição de cobrança	33.270	29.145
Outros	15.076	7.007
Total	405.757	420.275
Circulante	376.256	233.086
Longo Prazo	29.501	187.189

(1) O Conglomerado investiu durante o ano de 2015 em inovações tecnológicas para lançamento do Banco Digital. A variação do saldo deve-se ao reconhecimento de créditos fiscais referente ao valor aprovado pelo MCTI (Lei do Bem).

(2) O valor a receber da J&F Investimentos referente à venda da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. foi avaliado por empresa independente. O saldo a receber vence em 2019.

(3) Refere-se a valores a receber das compras efetuadas com cartão de crédito.

e) Direitos Creditórios

	30/06/2019	30/06/2018
Direitos Creditórios (Nota 9.a) ⁽¹⁾	2.449.341	1.934.042
Total	2.449.341	1.934.042
Circulante	2.449.341	1.772.576
Longo Prazo	-	161.466

(1) A rubrica "Direitos creditórios", que se refere à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, possui uma PCLD de R\$ 7.535 (30/06/2018 - R\$ 17.605). Do montante, R\$ 1.649.187 (30/06/2018 - R\$ 1.434.908) são da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

11. Outros Valores e Bens

	30/06/2019	30/06/2018
Bens não de Uso - Imóveis	113.386	114.674
(Provisão para Desvalorização)	(13.607)	(11.860)
Despesas Antecipadas	17.185	14.528
Total	116.964	117.342
Circulante	17.185	14.528
Longo Prazo	99.779	102.814

12. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		30/06/2019	30/06/2018
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta e Indireta	Participação Direta e Indireta
Controladas do Banco				
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	1.999.800	99,99%	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	Corretora de Seguros	885.550	19,90%	99,90%
Original App Ltda.	Desenvolvimento/ Teleatendimento/Prestação de serviços de crédito	3.449.655	99,99%	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento Imobiliário	99.999	99,99%	99,99%

	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2019	01/01 a 30/06/2019	30/06/2019	30/06/2018	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Controladas do Banco						
Original Asset Management Ltda.	3.092	72	3.164	3.047	73	62
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	19.656	(16.747)	597	863	(3.332)	(614)
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100	-	-
Original App Ltda.	2.592	(331)	2.261	2.551	(331)	159
Total	25.440	(17.006)	6.122	6.561	(3.590)	(393)

(1) Em fase pré-operacional com capital a integralizar.

(2) Em 28 de dezembro de 2018 foi realizada a venda a J&F Investimento de 80% da parte acionária da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. no montante de R\$ 178.400.

13. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	30/06/2019	30/06/2018
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	37.776	(13.355)	24.421	25.946
Sistemas de Processamento de Dados	68.605	(38.577)	30.028	40.600
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.301	(786)	515	299
Total	107.682	(52.718)	54.964	66.845

b) Movimentação do Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	31/12/2018				30/06/2019	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação	Saldo Final	
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	24.181	2.228	(4)	(1.984)	24.421	
Sistemas de Processamento de Dados	35.242	1.374	(2)	(6.586)	30.028	
Sistemas de Segurança e Comunicações	392	186	(8)	(55)	515	
Total	59.815	3.788	(14)	(8.625)	54.964	

14. Intangível

a) Valor residual

Gastos com Desenvolvimento	Custo	Amortização	30/06/2019	30/06/2018
			Líquido	Líquido
Total	891.695	(273.760)	617.935	642.820
	891.695	(273.760)	617.935	642.820

b) Movimentação do Intangível

Gastos com Desenvolvimento	31/12/2018				30/06/2019	
	Saldo inicial	Aquisição	Transferência/ Baixas	Amortização	Saldo Final	
Total	615.170	46.445	(207)	(43.473)	617.935	
	615.170	46.445	(207)	(43.473)	617.935	

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2019	30/06/2018
					Total	Total
Depósitos à Vista	189.147	-	-	-	189.147	161.808
Depósitos Interfinanceiros	-	101.389	-	-	101.389	18.961
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	407.727	813.302	3.943.346	5.164.375	3.200.992
Outros Depósitos	2.345	-	-	-	2.345	-
Total	191.492	509.116	813.302	3.943.346	5.457.256	3.381.761
Circulante					1.513.910	1.411.323
Longo Prazo					3.943.346	1.970.438

(1) O total de depósito a prazo com liquidez antecipada é de R\$ 648.556 (30/06/2018 - R\$ 470.459).

Em 30 de junho de 2019 os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 138.230 (30/06/2018 - R\$ 130.796) e CDB de R\$ 5.026.145 (30/06/2018 - R\$ 3.070.196). O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,50% do CDI, (30/06/2018 - 90% e 123% do CDI) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,80% a.a. e 19,60% a.a. (30/06/2018 - 5,64% a.a. e 19,60% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,50% a 106% do CDI (30/06/2018 - 101% a 106% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Depósitos Interfinanceiros	(5.189)	(1.182)
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	(207.550)	(143.153)
Captação no Mercado Aberto	(868)	(3.542)
Despesas de Letras de crédito do Agronegócio	(52.597)	(29.552)
Despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	(4.866)	(3.673)
Despesas de Letras Financeiras	(4.864)	(6.650)
Despesas de Letras Imobiliárias	(44.017)	(30.845)
Despesas com operação estruturada - COE	(14)	(6)
Total	(319.965)	(218.603)

b) Captações no Mercado Aberto

	30/06/2019		30/06/2018
	Até 3 Meses	Total	Total
Carteira Própria	50.007	50.007	507.571
Títulos Públicos			
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	50.007	50.007	234.102
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	245.008
Outros	-	-	28.461
Carteira de Terceiros	-	-	120.937
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	120.937
Total	50.007	50.007	628.508
Circulante		50.007	628.508

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2019	30/06/2018
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	465.891	714.844	628.588	1.809.323	1.342.862
Letras de Crédito Imobiliária - LCI	262.895	955.086	378.672	1.596.653	1.069.147
Letras Financeiras- LF	4.739	272	53.302	58.313	92.970
Certificados de operações estruturadas (COE)	-	-	-	-	472
Total	733.525	1.670.202	1.060.562	3.464.289	2.505.451
Circulante				2.403.727	2.199.021
Longo Prazo				1.060.562	306.430

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 89% e 102% do CDI (30/06/2018 - 86% e 103% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,18% a.a. e 16,11% a.a. (30/06/2018 - 5,36% a.a. e 17,01% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 90% a 103% do CDI (30/06/2018 - 86% e 102% do CDI). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 114% a 121% do CDI (30/06/2018 - 112% a 120% do CDI).

d) Relações Interdependências

Referem-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a ser cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências no montante de R\$ 18.667 passivo (30/06/2018 - R\$ 8.202 ativo).

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinadas a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	30/06/2019		30/06/2018
	Até 3 Meses	Total	Total
Funcafé - Capital de Giro	7.733	7.733	-
Total	7.733	7.733	-
Circulante		7.733	-

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	30/06/2019	30/06/2018
Despesas De Empréstimos No Exterior	398	(7.646)
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	(2)	-
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(436)	-
Total	(40)	(7.646)

16. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2019	30/06/2018
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	934	855
Impostos e Contribuições sobre Salários	8.279	6.568
I.R.- s/ Operações de renda fixa	235	140
I.R.- s/ operações de renda variável	85	-
IOF - Capital de Giro	22	650
Provisão para Imposto de Renda	290	211
Provisão para Contribuição Social	142	185
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	230.880	48.038
Outros	2.258	1.830
Total	243.125	58.477
Circulante	243.125	58.477

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1)	27.495	26.489
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2)	16.645	14.219
Provisão para Pagamentos a Efetuar	80.269	67.900
Despesas de Pessoal	61.162	52.755
Outras Despesas Administrativas	15.823	13.107
Outros Pagamentos	3.284	2.038
Consignados	1.148	177
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	6.205	13.822
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	33	-
Cessões de Crédito a Liquidar	(40)	157
Valores a pagar de sociedades ligadas	-	196
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Recuperação de Crédito	4	8
Credores Diversos - Exterior/Pais ⁽²⁾	267.118	168.719
Provisão para Fianças	6.200	1.876
Total	405.177	293.663
Circulante	361.037	252.955
Longo Prazo	44.140	40.708

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referentes às operações com cartões de débito e crédito.

17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhista (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 8.433 (30/06/2018 - R\$ 8.244).

A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Saldo Inicial	24.499	24.760
Constituição	6.892	2.393
Atualização Monetária	1.486	678
Reversão	(5.382)	(1.342)
Saldo Final	27.495	26.489

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b.2) Provisões para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria Cível Massa (consignado-legado Matone), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do Banco Digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. Segue movimentação das provisões:

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Saldo Inicial	16.916	17.696
Constituição	3.521	2.685
Atualização Monetária	-	96
Reversão	(3.792)	(6.258)
Saldo Final	16.645	14.219

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.812 (30/06/2018 - R\$ 7.411).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista, cível e fiscal classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Processos Trabalhistas	33.036	60.043
Processos Cíveis	41.608	34.365
Processos Fiscais	10.562	9.750
Total	85.206	104.158

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S.A.:

Em 30 de junho de 2019 o capital social de R\$ 2.130.001 (30/06/2018 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2019			30/06/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

Banco Original do Agronegócio S.A.:

Em 30 de junho de 2019 o capital social de R\$ 109.123 (30/06/2018 - R\$ 109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2019		30/06/2018	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
Total	109.123	109.123	109.123	109.123

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN, LTN e Títulos privados no montante de R\$ 11.920 (30/06/2018 - R\$ (110)).

c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do semestre, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. No primeiro semestre de 2019 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 151 (30/06/2018 - R\$ 34). O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2019 atingiu o montante de R\$ 3.676 (30/06/2018 - R\$ 3.502).

c.2) Reserva Estatutária

A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do semestre. No primeiro semestre de 2019, foi constituída reserva no montante de R\$ 2.871 (30/06/2018 - R\$ 640). Em 30 de junho de 2019 o montante de reserva estatutária foi de R\$ 22.810 (30/06/2018, de R\$ 19.487).

d) JCP e Dividendos

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 não foram deliberados dividendos e juros sobre capital próprio pois o Banco possui estoque de prejuízo fiscal, ou seja, o lucro do semestre foi absorvido por estoque de prejuízo fiscal acumulado de períodos anteriores.

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A. e Offshore Cayman), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de Referência Nível I	1.361.778	1.228.199
Patrimônio de Referência (Níveis I e II) rte	1.361.778	1.228.199
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	9.922.919	8.127.544
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	7.340.376	6.420.206
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	1.604.635	856.617
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	977.908	850.721
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	13,7%	15,1%

⁽¹⁾ Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca e da corretora na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluído os impactos mencionados é de 14,23%.

Em junho de 2019 e 2018 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco do Conglomerado.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Conglomerado encontra-se enquadrado no referido índice.

20. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2019 e 2018:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		30/06/2019	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original S.A Acionistas	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

⁽¹⁾ É uma empresa de investimentos (Holding).

	Ações Ordinárias		30/06/2018	
	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
Banco Original do Agronegócio S.A				
Acionistas				
J&F Participações S.A. (J&F)	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

b) Transações com Partes Relacionadas

Em 30 de junho de 2019 e 2018, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 4.636/2018, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2019	30/06/2018	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Ações	705.485	321.680	332.106	(17.127)
JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾	705.485	321.680	332.106	(17.127)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	49.668	171.534	-	16.276
J&F Investimentos S.A. (Nota 30.f) (Nota 10.d) ⁽²⁾	49.668	171.534	-	16.276
Cotas de fundos	230.534	116.000	1.319	-
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia	115.901	116.000	(314)	-
Fundo de investimento em direitos creditórios Picpay	114.633	-	1.633	-
Depósito à Vista	(10.165)	(4.436)	-	-
Controladora	(28)	-	-	-
J&F Participações S.A.	(2)	(3)	-	-
Controladas e de controle compartilhado	(2.300)	(3)	-	-
Original APP Ltda.	(2)	(3)	-	-
Original Corporate Corretora Ltda.	(2.300)	(3)	-	-
Coligadas	(37)	(23)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(37)	(23)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(2.124)	(77)	-	-
Seara Alimentos Ltda.	(330)	(716)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(660)	(691)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(609)	(387)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(9)	(32)	-	-
Picpay Serviços Ltda ME	(1.644)	-	-	-
Fazenda Botas Agropecuária Ltda.	(5)	-	-	-
Futura Venture Capital Participações Ltda.	(2)	-	-	-
JJBM Participações Ltda.	(5)	-	-	-
JB Barra do Tietê Agropecuária Ltda.	(3)	(19)	-	-
CV - Rádio e Televisão Ltda.	(7)	-	-	-
JB Agropecuária Ltda.	(10)	-	-	-
VLBM Participações Ltda.	(20)	(9)	-	-
Ambar Energia Ltda.	(1)	(1)	-	-
JBS Aves Ltda.	(308)	(475)	-	-
FIP Multiestratégia Formosa	(332)	(7)	-	-
JBS Confinamento Ltda.	(1)	(1)	-	-
Canal Rural Produções Ltda.	(76)	(5)	-	-
J&F Urbanismo	(2)	-	-	-
Instituto Germinare	(5)	-	-	-
VNMB Participações Ltda.	(1)	-	-	-
WWMB Participações Ltda.	(1)	-	-	-
Meat Snack Partners do Brasil Ltda.	(33)	-	-	-
Pinheiros Fundo de Investimento em Participações	(96)	-	-	-
Seara Comércio de Alimentos Ltda.	(121)	(261)	-	-
Agrícola Jandelle	-	(250)	-	-
J&F Santa Maria desenvolvimento urbano SPE Ltda.	(1)	-	-	-
Fic de Fip JMF	(4)	-	-	-
Fip Caixa Milão	(9)	-	-	-
Arrossensal Agropecuária Industrial S/A	(6)	-	-	-
Pessoas Físicas	(1.373)	(1.476)	-	-
Depósito a Prazo	(494.611)	(325.926)	(6.126)	(4.232)
Controladora	(5.157)	(25.838)	(11)	(733)
J&F Participações S.A.	(5.157)	(25.838)	(11)	(733)
Controladas e de controle compartilhado	(2.355)	(2.314)	(70)	(27)
Original APP Ltda.	(2.355)	(2.314)	(70)	(27)
Original Asset Management Ltda.	(1.894)	(1.896)	(55)	(41)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	(3.258)	(257)	(7)	(16)
Coligadas	(5.415)	(5.210)	(171)	(170)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(7.087)	(6.819)	(224)	(222)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(54.670)	(51.369)	(1.654)	(132)
JBS S.A.	(71.058)	(67.393)	(2.150)	(2.144)
Seara Alimentos Ltda.	-	(386)	-	(9)
Fip Caixa Milão	(33)	(89)	(1)	-
Instituto Germinare	(33)	(89)	(1)	-
J&F Floresta Agropecuária Araguaia Ltda.	-	(139.453)	-	(45)
São João Transmissora de Energia S.A.	-	(1.513)	-	(48)
São Pedro Transmissora de Energia S.A.	(1.495)	-	(89)	-
JB Agropecuária Ltda.	-	(210)	-	(3)
Picpay Serviços Ltda ME	(29.533)	-	(512)	-
Mataboi Alimentos Ltda.	(10.041)	-	(41)	-
Arrossensal Agropecuária Industrial S/A	(589)	-	(3)	-
Globe Investimentos Ltda.	(247.074)	-	(40)	-
Meat Snack Partners do Brasil Ltda.	(12.576)	-	(76)	-
Pessoas Físicas	(42.376)	(23.179)	(1.022)	(642)

(1) As ações estão marcadas ao valor de mercado e a receita é decorrente da variação positiva do período.

(2) O valor a receber pela venda da Original Corretora é de R\$ 36.412 e pela venda da marca e domínio R\$ 13.256 totalizando o montante de 49.668. (vide Nota 10.d).

Demais transações

Cessão de Crédito: No primeiro semestre de 2019 não tivemos cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas (Nota Explicativa nº 9.f) (30/06/2018 - R\$ 166.000).

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.649.187 (30/06/2018 -R\$ 1.434.908), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. (Nota Explicativa nº 9.e)

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado em junho de 2019 foi de R\$ 8.385 (30/06/2018 - R\$ 984).

21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

a) Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Cobrança e Arrecadações	3.513	2.466
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	670	1.004
Serviço de recebimento e envio de valores	-	1.589
Comissões de Cartões	7.000	5.392
Rendas de Garantias Prestadas	3.819	5.181
Outras	1.936	3.271
Total	16.938	18.903

b) Tarifas

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Tarifas	10.873	3.412
Total	10.873	3.412

22. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Remuneração	(89.929)	(79.948)
Encargos	(27.891)	(26.196)
Benefícios	(18.301)	(18.091)
Outras	(238)	(230)
Total	(136.359)	(124.465)

23. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(22.576)	(19.480)
Depreciações e Amortizações	(52.098)	(57.227)
Propaganda e Publicidade ⁽²⁾	(18.472)	(1.751)
Comunicações	(2.117)	(1.420)
Processamento de Dados	(49.597)	(44.671)
Aluguéis	(4.985)	(4.498)
Transportes e Viagens	(3.414)	(1.864)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.440)	(1.452)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.952)	(2.067)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽¹⁾	(42.367)	(28.858)
Água, Energia e Gás	(916)	(814)
Material	(461)	(524)
Despesas Legais e Jurídicas	(955)	(788)
Despesas com registros de títulos e documentos	(474)	-
Serviços de copa e cozinha	(406)	-
Indenizações Judiciais diversas	(578)	(615)
Outros tributos e taxas	(2.561)	(1.133)
Outras despesas administrativas	(5.045)	(3.512)
Total	(210.414)	(170.674)

(1) Refere-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens e outros serviços financeiros.

(2) O saldo de propaganda e Publicidade contempla o valor de R\$ 8.385 de consultoria de inteligência e marketing pago a J&F Investimentos S.A (vide Nota 20.b Prestação de serviços) e o pagamento de royalties para a J&F Investimentos no valor de R\$ 6.349 (vide nota 30.f).

24. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Despesa com COFINS	(23.491)	(8.133)
Despesa com ISS	(1.422)	(1.109)
Despesa com PIS/Pasep	(3.816)	(1.322)
Total	(28.729)	(10.564)

25. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Atualização de Depósitos Judiciais	272	429
Atualização de Impostos a Compensar	1.149	4.372
Recuperação de Encargos e Despesas	195	2.451
Reversão de Provisões Cíveis	272	3.477
Crédito Fiscal	-	19.553
Receita de Atualização Monetária	3.962	16.276
Outras Receitas	493	93
Total	6.343	46.651

26. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Provisões Operacionais		
Trabalhistas	(2.996)	(1.728)
Indenizações trabalhistas	(3.763)	(663)
Provisão para fianças	(4.127)	(172)
Perdas com conta corrente	-	(384)
Prejuízos Operacionais	(2.242)	-
Outras	(391)	(225)
Total	(13.519)	(3.172)

27. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(1.703)	(359)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(18)	(269)
Desvalorização/ Reversão de Outros Valores e Bens (BNDU)	(3.679)	(122)
Outras Receitas/(Despesas)	501	78
Total	(4.899)	(672)

28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Correntes e Diferidos)

Em 30 de junho de 2019 e 2018, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Resultado antes da Tributação e deduzidas as participações do lucro e JCP	82.940	(12.349)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	2.725	(152)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	726	(19.640)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	2.389	(19.707)
Base de cálculo - CSLL	86.391	(32.140)
Base de cálculo - IRPJ	88.054	(32.707)
CSLL ⁽¹⁾	(29.685)	6.428
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(49.654)	8.073
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(79.339)	14.501
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(79.339)	14.501

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Em fevereiro de 2019 foi constituído o Conselho de Administração (CA) do Conglomerado Original que, conforme regulação vigente, é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a alocação de capital do Conglomerado. Por sua vez, o Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável por assessorar o CA nas discussões de gestão de capital, principalmente quando relacionado ao Apetite a Risco do Conglomerado. As revisões das diretrizes de gerenciamento de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidas por comitê composto pelo corpo diretivo do Conglomerado.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição perante a liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Segundo a Resolução 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do Conglomerado; danos a ativos físicos próprios ou de uso pelo Conglomerado; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Incluem-se ainda os riscos associados a: falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do Conglomerado e consequentemente sua imagem; Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado; sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais o Conglomerado está exposto, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A análise de exposição das carteiras do Conglomerado é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Conselho de Administração (CA).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- Value at Risk (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Conselho de Administração (CA). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez do Conglomerado. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e pela aprovação da Política de Risco de Crédito, em que são definidas as diretrizes para o processo de gerenciamento de Risco de Crédito. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

Cabe ao Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) assessorar o Conselho de Administração (CA) no que tange ao apetite a risco e os limites de risco de crédito, bem como as formas de mensurá-los e avaliá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, monitorar e reportar a aderência aos limites e, ainda, a mensuração das exposições potenciais de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

30. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2019, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, somam R\$ 391.817 (30/06/2018 - R\$ 396.627), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2019 e 2018 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 6.200 (30/06/2018 - R\$ 1.876).

	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2018
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	43.898	(622)	37.915	(44)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	311.217	(5.422)	81.969	(1.407)
Outras Fianças Bancárias	36.702	(156)	276.743	(425)
Total	391.817	(6.200)	396.627	(1.876)

b. Seguros

O Conglomerado e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

Em 30 de junho de 2019 o Conglomerado não possui mais o seguro prestamista (30/06/2018 - R\$ 1), o mesmo ocorre para as despesas apropriadas (30/06/2018 - R\$ 11).

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

d. Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela Administração foram no montante de R\$ 13.775 (30/06/2018 - R\$ 13.340).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 28 (30/06/2018 - R\$ 29).

O Conglomerado não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

e. Plano de Saúde - Benefício pós emprego

O Conglomerado é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2019 é de R\$ 206 (30/06/2018 - R\$ 260).

f. Cessão de marca e domínio

O Conglomerado, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializadas nas áreas de Inteligência e Marketing. Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Conglomerado continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de *royalties* de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes, a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento. O saldo a receber em 30 de junho de 2019 é de R\$ 13.256 (30/06/2018 - R\$ 171.534), não tivemos resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI devido a antecipação do recebimento dos juros de todas as parcelas ocorridas em 2018 (30/06/2018 - R\$ 16.277). No primeiro semestre de 2019 iniciamos o pagamento de royalties no montante de R\$ 6.349.

Em abril de 2019 foram antecipadas duas parcelas, e em junho antecipado uma parcela totalizando um montante de R\$ 38.762 com descontos concedidos pela antecipação das parcelas no valor de R\$ 822.

31. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A., "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPP ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê do Conglomerado é um órgão composto por dois membros externos e independentes e um diretor do Conglomerado e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê o Conselho a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 6 vezes no primeiro semestre de 2019 (6 vezes no primeiro semestre 2018) e fez 41 reuniões (37 no primeiro semestre 2018) com a empresa de auditoria independente, com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2019.

O Comitê de Auditoria emitiu duas recomendações de implantação desejável à Administração no primeiro semestre de 2019.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2019 das instituições que compõem o Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Conglomerado a aprovação das demonstrações financeiras auditadas de 30 de junho de 2019.

São Paulo, 21 de agosto de 2019.

O Comitê de Auditoria